

## AS MARCAS DA PANTERA: FOUCAULT PARA HISTORIADORES

Margareth Rago

Departamento de História-Unicamp.

*É que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar.*  
M. Foucault

Em uma célebre polêmica com Jacques Léonard, Michel Foucault distingue duas maneiras de se fazer história: a primeira, à maneira dos "historiadores", consiste em atribuir-se um objeto e tentar resolver sucessivamente os problemas que este coloca; a segunda, a que ele prefere, consiste em se colocar um problema e determinar a partir dele o âmbito do objeto que é necessário percorrer para resolvê-lo.<sup>1</sup> Propondo uma *história-problema*, sob inspiração dos fundadores dos *Annales*, Foucault afirma-se não como um historiador dos costumes, dos comportamentos e das práticas sociais, mas das *problematizações*, isto é, das formas pelas quais determinados temas foram problematizados em diferentes épocas. Em *Vigiar e punir*, por exemplo, não procurou fazer a história da instituição-prisão, mas se perguntou como o pensamento da punição teve uma certa história entre o final do século 18 e início do 19. Já na *História da loucura*, sua atenção se dirigiu à maneira pela qual diferentes épocas perceberam a loucura, tendo em vista estabelecer os limites entre o normal e o desvio.<sup>2</sup> As relações entre o pensamento e a verdade constituíram seu campo privilegiado de investigação.

A problematização, portanto, se torna um conceito-chave em seu pensamento, e por tal noção não se deve entender a representação de um objeto pré-existente, nem a criação pelo discurso de um objeto inexistente. Trata-se, diz ele, do "conjunto de práticas discursivas e não-discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e a constitui como objeto

para o pensamento (seja sob a forma de reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política etc)".<sup>3</sup>

Mesmo que se tenha reconhecido explicitamente como filósofo, não há dúvida de que Foucault realizou várias obras de historiador, e que tanto suas problematizações e os caminhos que desbravou para resolvê-las, quanto suas concepções mais gerais causaram profundo impacto nos meios acadêmicos e, em especial, entre os historiadores. A enorme quantidade de livros, teses, artigos, comunicações, palestras e debates produzidos no Brasil e internacionalmente sob sua inspiração atesta uma penetração que, polêmica e tumultuada, deve ser discutida.<sup>4</sup> Pelo menos dois colóquios significativos em torno de Foucault foram realizados na USP, em 1985, e na Unicamp, em 1986.<sup>5</sup> Ampliou-se também o campo da investigação histórica e das fontes documentais para temas como a higienização das cidades, a medicalização dos corpos, a disciplina fabril, políticas do corpo, sexualidade e outros.

Nesta direção, este texto pretende ser uma contribuição para se pensar a importância que esse filósofo exerceu entre os historiadores, lembrando sempre que toda reflexão se enraíza em uma prática histórica particular. A partir de suas problematizações, definiu-se um novo campo conceitual e alterou-se radicalmente a maneira pela qual o historiador trabalha sua matéria, levando o não menos importante Paul Veyne a afirmar enfaticamente que "Foucault revoluciona a História"<sup>6</sup>.

Proponho, então, situar três momentos em que o pensamento desse filósofo causou impacto na produção historiográfica brasileira, embora entenda que não foi muito diferente o percurso seguido pela historiografia francesa, da qual somos tributários. O primeiro caracteriza-se pelo privilegiamento da concepção de poder como positividade; o segundo remete à questão da eliminação do sujeito como agente histórico fundamental, produtor central dos acontecimentos sociais; o terceiro vê entrar em cena reflexões sobre os modos de subjetivação e seus processos diferenciados. Essa divisão não obedece necessariamente a uma ordem cronológica, já que parece, à primeira vista, que fizemos um caminho inverso em relação à produção do autor: enquanto este passou da análise arqueológica das formações discursivas para a genealogia das relações do poder, nós o encontramos inicialmente em seu principal estudo histórico propriamente dito, *Vigiar e punir*, para mais tarde procurarmos suas formulações anteriores.

É possível afirmar que grande parte da produção historiográfica inspirada nesse filósofo, ao menos durante a década de 1980, caracterizou-se por uma apropriação particular da noção de *poder disciplinar*, que já não assumia todos os dardos que eram lançados contra os baluartes do marxismo. Criticando a concepção jurídica do poder, Foucault não apenas chamava a atenção para a dimensão imaginária do poder, ou seja, para a idéia de que este se apresenta através de inúmeras figuras, de que há mais de uma representação do poder. Desmontava uma série de concepções estreitamente articuladas, como a de que o poder, além de negativo,

estaria localizado num ponto fixo — o Estado e as instâncias político-institucionais. Mostrava a astúcia da dominação e a ficção de sua negatividade.

Relembro alguns pontos da concepção positiva do poder: Foucault questiona uma representação essencialmente jurídica do poder, considerado como “coisa”, mostrando suas limitações para se pensar a dominação na sociedade moderna. Segundo ele, se pensarmos o poder apenas negativamente, isto é, como força repressiva, que cala, silencia e abafa, ficamos com uma dimensão reduzida de suas múltiplas manifestações. Trata-se, pois, de percebê-lo em sua dimensão relacional e em suas inúmeras formas de manifestação estratégica, nos vários momentos da vida social. Contra o mito libertário da “sociedade sem Estado”, Foucault revela que somos todos capturados por uma imensa rede de relações, que paulatinamente recobriu e conformou a sociedade disciplinar, a partir de meados do século 18, rede esta necessária, por sua vez, para a própria sustentação da representação do Estado como força repressiva e máquina exclusiva da dominação burguesa. Propôs, então, para o estudo das formas de dominação não apenas a análise dos regimes políticos, mas uma “análise do poder”, uma microfísica do poder<sup>7</sup>.

Essas noções causaram grande impacto, principalmente num país recém-egresso do abafamento da ditadura militar e no auge da eclosão dos movimentos sociais, muitos dos quais nascidos à revelia de partidos e grupos políticos da esquerda organizada. O potencial anti-autoritário se evidencia tanto

1. Michelle Perrot (org.). *L' impossible prison*, Paris, Seuil, 1978.

2. Michel Foucault. *Vigiar e punir*, Petrópolis, Vozes, 1977; *História da loucura*, São Paulo, Perspectiva, 1978.

3. Carlos Henrique Escobar (org.). *Michel Foucault: dossier. Últimas entrevistas*, RJ, Taurus, 1984, p. 76.

4. Veja-se a respeito Ricardo Falcon. *La presencia de Foucault en la historiografía contemporánea de los sectores populares*, mimeo, 1989.

5. Duas importantes publicações resultam desses encontros, respectivamente, *Recordar Foucault*, organizado por Renato J. Ribeiro, SP, Brasiliense, 1985 e *Foucault vivo*, organizado por Italo Tronca, Campinas, Pontes, 1986.

6. Paul Veyne. *Como se escreve a História. Foucault revoluciona a História*, Brasília, UnB, 1982.

7. Michel Foucault. *Microfísica do poder*, RJ, Graal, 1979.

nas críticas internas e externas dos grupos ditos minoritários, quanto no comportamento questionador de jovens, mulheres e grupos étnicos. Cada um a seu modo tomava contato com a noção de direito e cidadania. Nesse contexto, a redescoberta do anarquismo e a aproximação de Foucault não foram mero acaso: participavam ambos de um momento de intensa contestação social e do descortinar de novos possíveis, na virada da década de 1970 para os anos 1980.



Questionando a noção do poder como repressão, cara tanto ao marxismo quanto à psicanálise, Foucault atentava para sua incidência sobre o corpo do indivíduo como biopoder. Descartando a “hipótese repressiva”, segundo a qual teríamos uma natureza essencial primeira que o poder viria reprimir — e nesse sentido, o desejo e a sexualidade variariam historicamente apenas em função da maior ou menor força da repressão civilizadora —, ele afirma que nada temos de natural, que nem mesmo o ato de comer poderia ser

assim pensado, pois não há uma essência humana situada no campo da natureza sobre a qual a cultura investiria. Tudo é histórico e cultural no ser humano; os sujeitos não pré-existem para entrar posteriormente em relações conflituosas ou harmoniosas. Eles atuam num campo de batalha, onde não há bastidores.

Portanto, num mesmo movimento em que sua concepção positiva do poder politizava inúmeros planos da vida social, permitindo que muitas disciplinas científicas repensassem seus procedimentos teóricos e metodológicos, a exemplo da arquitetura ou da geografia,<sup>8</sup> que passavam a ocupar-se não apenas das formas físicas dos espaços materiais, mas das relações de poder e do entrecruzamento de saberes que lhes eram imanentes, a noção de ideologia voava pelos ares. Não só a alma, a consciência, o intelecto, mas muito mais do que isso, o próprio corpo do indivíduo, o automatismo dos gestos, a postura, o comportamento, a percepção eram investigados pelo poder. Ponto fundamental para os historiadores: a dominação não se fazia apenas de cima para baixo, do Estado para a “sociedade civil”, ou ainda da mídia para os consumidores passivos da escola frankfurtiana, mas incidia pelos espaços físicos e institucionais, a despeito do controle e da vontade dos indivíduos.

Sem negar a existência da dominação classista, Foucault alertava para uma forma de percepção segundo a qual o exercício do poder aparecia como muito mais profundo, sutil, permanente, produtivo e microscópico. A hegemonia não se construía apenas pelo silenciamento, mas pela própria *produção da subjetividade*. Inversão total: a dominação não percorria o caminho da alma para o corpo, mas poderia vir das coisas para o corpo e para as idéias!

Falemos, então, de alguns trabalhos franceses que marcaram fortemente a produção historiográfica brasileira. Embora seja difícil

classificar certos historiadores como foucaultianos nesta nossa época de recusa aos rótulos, foram vários os autores que se aproximaram do filósofo. Na França, criou-se a revista *Recherches* e, além dela, foram produzidos trabalhos que abriram múltiplos temas de pesquisa. Dentre os números mais conhecidos dessa revista, destaco *Le soldat du travail*, que aborda o taylorismo, a disciplina industrial e a militarização da fábrica após a primeira guerra mundial; *L' haleine des faubourgs*, sobre as formas de gestão pública e privada da cidade e de seus habitantes; *Disciplines à domicile*, reunindo estudos sobre a medicalização da família; *Le petit travailleur infatigable*, abordando as formas da submissão do menor ao trabalho fabril e a domesticação da família operária.

Michelle Perrot e Alain Corbin, por sua vez, embora sem renunciarem à sua formação *annaliste* mesclada com a tradição marxista, apropriaram-se desta concepção do poder que permitia pensar tanto o indivíduo, quanto a organização espacial da cidade, ou a constituição de uma nova sensibilidade fortemente marcada pelas estratégias tecnológicas do poder.<sup>8</sup> Do processo de trabalho à vida privada do lar, os trabalhos historiográficos evidenciaram o exercício da vigilância panóptica, o deslizamento das disciplinas visíveis às invisíveis, a dominação molecular e sutil incidindo sobre o corpo, distribuindo os indivíduos no espaço, decompondo o tempo, serializando, normatizando os comportamentos.

O "conforto", com suas maquinarias instaladas no lar ao longo do século 19, como estudou François Béguin,<sup>10</sup> incitando aos comportamentos privativos e íntimos e ao "culto do eu"; a fábrica "higiênica", desodorizada e espacializada, produzindo a subjetividade

do trabalhador; a escola normativa, conformando o corpo dos alunos, não apenas pela difusão de ideais e valores conservadores, não mais então como "aparelho ideológico do Estado", mas pela produção do próprio indivíduo, em sua maneira de ser, agir e sentir; a segregação espacial dos habitantes da cidade, classificando as condutas e identificando os tipos urbanos, rotulando-os segundo categorias do normal e do patológico, a partir de sinais orgânicos ou das próprias roupas, assim como as mutações nos regimes disciplinares e nas resistências sociais foram temas abordados com muita frequência nos estudos estrangeiros e brasileiros.

Lembro entre nós de alguns trabalhos que ficaram muito conhecidos, como *Danação da norma*, (Graal, 1978), de Roberto Machado e outros, e *Ordem médica e norma familiar* (Graal, 1979), de Jurandir Freire Costa. Além desses, vale destacar *A estratégia da recusa* (Brasiliense, 1982), de Amnérís Maroni; *Ferrovia ferroviários* (Cortez, 1982), de Lílíana Segnini; *O espelho do mundo* (Paz e Terra, 1986), de Maria Clementina Cunha, *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar* (Paz e Terra, 1985), de Margareth Rago; *Sacralização da política* (Papirus, 1987), de Alcir Lenharo; *Campos da violência* (Paz e Terra, 1988), de Sílvia H. Lara, todos produzidos na década de 1980.

Certamente, é preciso levar em conta a maneira como esses trabalhos se inscrevem direta ou indiretamente numa perspectiva teórica foucaultiana. Contudo, foram fortemente marcados pelas noções de *disciplina de micropolítica*, e de *normatização dos gestos*, mostrando cada um a seu modo a produção do indivíduo pelas malhas do poder.

8. Veja-se por exemplo o interessante estudo da arquiteta Raquel Roinik. *Cada um em seu lugar*, dissertação de mestrado, FAU-USP, 1981.

9. Michelle Perrot. *Os excluídos da história*, organizado por Maria Stella Bresciani, RJ, Paz e Terra, 1988; Alain Corbin. *Saberes e odores*, SP, Companhia das Letras, 1987 e *Les filles de nocte. Misère sexuelle et prostitution à Paris au 19e siècle*, Paris, Flammarion, 1978.

10. François Béguin. *Les machineries anglaises du confort*, *Recherches*, *L' haleine des faubourgs*, Paris, CERFI, 1978.

Do mesmo modo, ganharam destaque os trabalhos historiográficos de Alain Corbin e Michelle Perrot, já citados. O primeiro tomou como tema de suas pesquisas o discurso médico-sanitarista e jurídico sobre a prostituição na França do século 19, em *Les filles de noce*. Já em *Saberes e odores*, analisou a constituição de uma nova sensibilidade olfativa, atento às formas pelas quais a burguesia instituía seu poder através da difusão das noções do certo e do errado em relação aos comportamentos higiênicos e às percepções olfativas. A dominação olfativa, mostrava ele, passava também pela imposição de uma determinada forma de percepção dos cheiros, de uma determinada resistência ou aceitação de sua classificação e codificação sensorial.

Já Michelle Perrot, em inúmeros artigos recentemente reunidos no livro *Os excluídos da história*, atentava para as possibilidades de exploração da análise microfísica do poder nos campos da organização capitalista do processo de trabalho, nas formas de distribuição dos corpos nas prisões e asilos na França do século 19, na ocupação do espaço urbano pelas "mulheres rebeldes" e grupos marginais jovens do tipo "apaches", resistindo contra a construção da sociedade panóptica. Os institutos disciplinares da infância, as fábricas, hospícios e asilos foram incorporados como domínios fundamentais para o conhecimento da sociedade moderna por esta historiografia.

No Brasil, vale destacar os estudos sobre sistemas de reclusão e medicalização de vários grupos sociais, realizados por Sérgio Adorno em suas pesquisas sobre a assistência pública no Estado de São Paulo, o de Italo Tronca, sobre o imaginário da lepra e as instituições correlatas, o de Magali Engel, sobre o discurso médico-higienista a respeito da prostituição no Rio de Janeiro no século passado e a coletânea organizada por Ronaldo Vainfas sobre o tema da sexualidade e o controle social.<sup>11</sup>

No entanto, o resultado deste rico contato foi ao mesmo tempo estimulante e problemático. Mas abstenho-me de considerar cada um dos trabalhos indicados, já que se inscrevem em tendências metodológicas diferenciadas. Para os objetivos desta discussão, considero pertinente situar as questões num plano mais geral. Voltando, portanto, à questão do aspecto problemático da apropriação de alguns conceitos de Foucault, entendo que vários autores trabalharam com determinadas noções, como o de poder disciplinar, sem contudo questionar o quadro conceitual ou a referência metodológica que norteava suas produções. Algumas vezes, encontramos análises que tomaram como referência inicial obras sociológicas dos anos 1960 para, num segundo momento, circunscreverem o estudo a uma dimensão micro do objeto escolhido. Por exemplo, a análise das formas arquitetônicas panópticas do esporte no período Vargas foi "contextualizada" a partir de modelos econômico-político-sociais construídos pelos estudos de sociólogos e politólogos, estudos estes absolutamente estranhos à problemática foucaultiana.

Ao contrário, portanto do que propôs Foucault, a análise micro foi combinada com modelos macro de interpretação globalizante da sociedade e da política. Lembremos que ao criticar o projeto de uma história totalizante, Foucault, na *Arqueologia do saber*, defendeu o projeto de uma história geral, construída a partir das descontinuidades, das rupturas e do entrecruzamento de séries organizadas pelo historiador.<sup>12</sup>

Menos chocante, a aproximação entre o filósofo e historiadores marxistas ingleses, como E.P. Thompson, também refletiu as confusões e dificuldades geradas pela referência por autores situados em campos epistemológicos diferenciados. Penso em alguns trabalhos que, nesse sentido, oscilaram entre uma história "genealógica", em que os agentes sociais aparecem como efeitos do poder e dos entrecruzamentos de

saberes, e a valorização das resistências sociais, numa atitude militante nitidamente preocupada em realçar a importância da ação do sujeito na história. Essa oscilação encontra-se em vários estudos, sobretudo naqueles voltados para a condição operária e os movimentos sociais: de um lado, busca-se mostrar a combatividade histórica dos setores oprimidos da sociedade, priorizando sua capacidade organizativa autônoma; de outro, investigam-se a formação de saberes e a genealogia das relações de poder inscritas nas instituições de “seqüestro”, que constituem a sociedade burguesa.

Ou seja, se de um lado a historiografia brasileira cresceu com a descoberta dos “vencidos”, operários e “minorias”, buscando desfazer seus “silêncios” e colocá-los como protagonistas centrais da história — vide a respeito os trabalhos sobre a condição dos escravos, negros, loucos, prostitutas, crianças, etc —, por outro, a perspectiva delineada pelo “pensamento diferencial” (no qual se inclui Foucault) apontava para a eliminação do sujeito na história, minimizando a importância de sua atenção racional e consciente.

Pelo lado dos estudos feministas, a confusão aparece claramente nas dificuldades suscitadas pelo deslocamento dos estudos sobre a “mulher” para as *relações de gênero*. Falando brevemente, é visível o mal-estar partilhado por uma historiadora do porte de Joan W. Scott quando, provinda de uma formação marxista e de estudos marcadamente militantes, isto é, preocupados em provar a combatividade das mulheres, especialmente, de condição social inferior, passa a defender a análise das relações de gênero, apoiando-se no conceito de “deconstrução” de J. Derrida.<sup>13</sup>

Muito mais do que um deslocamento de objeto, trata-se, creio eu, de uma enorme mudança de campo epistemológico, de referências teóricas dificilmente compatíveis entre si. Fazendo a crítica ao marxismo, os “filósofos da diferença”, entre os quais Foucault e Deleuze, se não postulam uma metodologia e uma filosofia da História, não podem ser apropriados sem mais no interior de um sistema conceitual tão acabado quanto o marxismo. Noções com sentido da História, necessidade do processo histórico, para não falar em leis imanentes ao desenvolvimento social, realidade objetiva ou concreta, desvelamento das aparências ou do “véu” da ideologia para se chegar à verdadeira essência, história totalizante, “síntese das múltiplas determinações”, infra-estrutura econômica e super-estrutura cultural, reflexo do nível ideológico, entre outras, são absolutamente descartadas pelo pensamento diferencial. Impossível, portanto, utilizar apenas o conceito de poder disciplinar no interior daquele pensamento, já que esse próprio conceito supõe a crítica de outros como o de ideologia, essência, verdade objetiva, real etc.

Vale ainda ressaltar que não se trata, no caso de Foucault, de negar a combatividade histórica do proletariado e dos oprimidos em geral. Sua questão é bem outra. Seu problema é dissolver uma representação do homem como sujeito unitário consciente, que possibilita e informa aquele tipo de análise e o humanismo em geral. Remetendo a Marx, Freud e Nietzsche, o filósofo indica que nem tudo pode ser explicado pela atuação consciente dos indivíduos, e, nesse sentido, uma história que se põe a privilegiar a entrada em cena de quaisquer setores sociais, como agentes fundamentais do movimento histó-

11. Veja-se a respeito o artigo de Italo Tronca, História de doença: a partitura oculta, em *Recordar Foucault*, op. cit. O autor realizou ainda dois vídeos documentários sobre a lepra e o regime asilar em São Paulo e no Amazonas (Centro de Comunicação da Unicamp e Arquivo Edgar Leuenroth); Sérgio Adorno. *A Arte de administrar a pobreza: assistência social institucionalizada em São Paulo no século 19*, *Foucault vivo* op. cit.; Magali Engel. *Meretrizes e doutores*, SP, Brasiliense, 1987; Ronaldo Vainfas. *Histórias e sexualidade no Brasil*, RJ, Graal, 1986.

12. Michel Foucault. *A arqueologia do saber*. 12ª ed: SP, Forense-Universitária, 1986.

13. Joan Scott. *Gender and politics on history*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1988.

rico corre o risco de mistificar a capacidade de construção da História pelo homem. Evidentemente, a discussão em torno do acontecimento e da estrutura é bastante complexa e, no campo da historiografia, é possível afirmar que o peso maior ou menor atribuído a cada um desses elementos define duas importantes tendências de produção historiográfica, a *social history* e os *Annales*, respectivamente.

Seja como for, para Foucault, somos produzidos por relações de poder, somos efeito mais do que produtores. Estamos envolvidos por formas de agenciamento atravessadas pelo poder e pela formação de saberes que nos instituem, codificando, classificando e supostamente explicando. Para o historiador, trata-se então de perceber essas redes e os mecanismos de funcionamento do poder, menos do que acreditar que existimos antes da sociedade e da cultura, ou por detrás dela, numa suposta natureza que a razão burguesa imaginou e onde nos alojou.

Gostaria de lembrar aqui as freqüentes críticas lançadas pelos historiadores marxistas a Foucault, segundo as quais este negligenciaria as resistências populares. Carlo Ginsburg, por exemplo, identificado com a "História vista de baixo" e preocupado com a análise da cultura popular, acusa-o de esquecer os excluídos, ao tratar das formas da exclusão na *História da loucura*. Já em *Eu, Pierre Rivière...*, o filósofo teria deixado a figura do assassino em segundo plano, caindo numa relação estetizante e irracionalista diante de sua fala, negando-se pois à interpretação.<sup>14</sup>

Como bem observou Durval Muniz de Albuquerque Junior, em artigo recente, também Ginsburg incorre numa incompreensão da proposta metodológica de Foucault.<sup>15</sup> Sua preocupação central não é explicar os atos e palavras de Rivière, como fizera o historiador italiano em relação ao seu personagem Menocchio, mas a de mostrar como esses atos e palavras foram apropriados pela

produção de uma teia discursiva que conectou o discurso psiquiátrico e o jurídico. Trata-se, para Foucault, de mostrar que o crime de Rivière e seu relato sobre o crime constituem dois acontecimentos diferenciados, que não podem ser reduzidos um ao outro. Foucault revela como o jogo do poder se vale desta homologia entre o real e o discurso para sustentar suas definições sobre a identidade do camponês, seja como louco para os médicos, seja como assassino para os juristas, e encontrar os elementos de sua condenação.

Outra grande discussão foi gerada pela incompreensão do conceito foucaultiano de discurso. Recusando a concepção do discurso como reflexo do real, o filósofo explicava que o discurso é prática, e que as práticas discursivas instituem figuras sociais, constroem identidades e objetivam o fato histórico, dando-lhe visibilidade e imprimindo-lhe um sentido determinado. Contrariava, nesse sentido, a cristalizada representação de que o fato existe por si só independentemente do discurso.

Em um livro bastante conhecido, Edgar de Decca trabalhou com essa concepção das formações discursivas como acontecimento, descartando a dicotomia representação-real, embora lhe tenha sido atribuída uma forte influência de outro notável filósofo, Walter Benjamin. Em *O silêncio dos vencidos*, trabalhando num plano arqueológico com a ordem do discurso dos vencedores da movimentação político-social do final dos anos 1920 para os anos 1930, mostrou como se institui um sentido determinado dos acontecimentos históricos e como se produz a memória do passado, silenciando o discurso dos vencidos, ou mesmo eliminando do cenário histórico a configuração de conflitos, num determinado momento, questionou fundamentalmente os rumos da História.<sup>16</sup>

Já em 1987, privilegiando a noção de discurso como acontecimento, Durval Muniz

Albuquerque Junior, mostrava como a seca do Nordeste fora construída discursivamente pelas elites como problema social, a partir de meados do século passado. Não se tratava para esse historiador de explicar empiricamente o fenômeno da seca no Nordeste brasileiro, a exemplo de um geógrafo, mas de explicitar que teias discursivas possibilitaram a emergência da seca como problema, a partir da configuração de um campo de forças em conflito.<sup>17</sup>

Destas colocações, vale ressaltar a "desnaturalização" do objeto proposta pela história arqueo-genealógica. Seu método opera um deslocamento "copernicano", como diz Paul Veyne, no que seria o trabalho do historiador, pois deixa de trabalhar com o objeto dado, para pensar as práticas sociais que o engendram. Se os objetos não são dados como naturais, Foucault nos alerta para sua "raridade", para a maneira como as práticas discursivas ou não-discursivas produzem ou objetivam-nos. Novamente recorrendo a Veyne: "O que é feito, o objeto, não se explica pelo que foi o fazer em cada momento da história; enganamo-nos quando pensamos que o fazer, a prática se explica a partir do que é feito."<sup>18</sup>

Aliás, Foucault dirá, através de sua leitura de Nietzsche, ao comentar a "história dos historiadores", que a história genealógica não busca reencontrar as raízes de nossa identidade, encontrar os fios da continuidade histórica que permite nos explicarmos a nós mesmos no presente, mas "ela pretende fazer aparecer todas as discontinuidades que nos atravessam."<sup>19</sup> Num conhecido trecho, afirma:

*A história será "efetiva" na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser. Ela dividirá nossos sentimentos; dramatizará nossos instintos; multiplicará nosso corpo e o oporá a si mesmo. Ela não deixará nada abaixo de si que teria a tranqüilidade asseguradora da vida ou da natureza; ela não se deixará levar por nenhuma obstinação muda em direção a um fim milenar. Ela aprofundará aquilo sobre o que se gosta de fazê-la repousar e se obstinará contra sua pretensa continuidade. É que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar.<sup>20</sup>*

Acredito que aqui se encontra uma das maiores contribuições desse pensador para a produção do conhecimento histórico. Já não se trata de interpretar os objetos históricos, entendidos como naturais, imprimindo-lhes um sentido ao longo de um processo. Não mais um trabalho que permita estabelecer nossas origens "nobres", a partir da construção de fios de continuidade temporal que assegurem a ilusão de nosso progresso, mas uma história que mostre aquilo que nos separa de outras épocas, o que já não somos. Portanto, não uma história da cidade, por exemplo, ao longo das épocas antiga, medieval, moderna e contemporânea, como propõe Lewis Mumford.<sup>21</sup> Não uma história dos dominados ou da sexualidade, no curso da evolução da humanidade. O próprio Foucault mostrar-nos-á que os objetos históricos são constituídos, objetivados por práticas sociais discursivas e não-discursivas, recortados pelo historiador e subsumidas em conceitos também construídos historicamente. Não uma

14. M. Foucault. *História da loucura*, op. cit.; *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*, RJ, Graal, 1977. Carlo Ginsburg. *O queijo e os vermes*, SP, Companhia das letras, 1987.

15. Durval M. de Albuquerque Junior. *Menocchio e Rivière: criminosos da palavra e poetas do silêncio*, Resgate nº 2, Campinas, Papyrus, 1991.

16. Edgar de Decca. *O silêncio dos vencidos*, SP, Brasiliense, 1981.

17. Durval M. de Albuquerque Junior. *Falas de angústia e de seca*, dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, 1987.

18. Paul Veyne. *Op. cit.*, p. 164.

19. M. Foucault. Nietzsche, a genealogia e a História. *Microfísica do poder*, op. cit., p. 35.

20. *Idem*, p.28.

história das formas punitivas do Ancien Régime à era moderna, que comprovasse nosso progresso em direção a uma maior humanização, ao passar da forma suplício para a forma prisão. Mas, um questionamento das forças que estiveram em conflito no momento em que se produz a “emergência” de um acontecimento: a vitória da prisão como forma punitiva exemplar, em função de uma determinada lógica ou racionalidade. Se Merquior acusa Foucault de não ter sequer mencionado a grande Revolução Francesa em *Vigiar e punir*, descontextualizando sua explicação do nascimento da prisão, é porque não pode reconhecer aí um procedimento metodológico extremamente sofisticado que prescinde de recorrer aos tradicionais “panos-de-fundo” explicativos — o quadro econômico, político e social da época — para revelar, por outro lado, o nascimento da prisão no mesmo momento e lugar em que os historiadores vão buscar a “invenção da liberdade”.

Do mesmo modo, quando o filósofo-historiador mostra que o amor entre os homens na Grécia antiga não remete ao conceito de homossexualismo, inexistente então, adverte-nos sobre a importância de se desfazer de noções e referências que anacronizam a pesquisa e que, aliás, impediriam de captarmos a historicidade e a singularidade de determinadas práticas sociais, tidas como existentes em todas as sociedades e épocas. Em relação à história das cidades, poderíamos dizer que se a *pólis* grega não configura a cidade moderna, as implicações de uma projeção retroativa do conceito para outros períodos e campos, para além dos quais foi formulado, significará incorrer em graves erros. E, lembrando Lucien Febvre, o anacronismo é o perigo capital do historiador.

Há quem considere que desacreditar do sentido teológico da História signifique uma enorme perda. Entretanto, poderíamos apontar os ganhos. Se é possível historici-

zar cada prática social e perceber que o conceito que a nomeia não é intrínseco à coisa, e que por trás da unidade que este produz se encontra uma multiplicidade de acontecimentos, o historiador ganha ainda pela possibilidade de recortar livremente séries documentais e explicativas do passado muito mais amplas. Não se trata, assim, de buscar uma suposta finalidade histórica na ordenação dos fatos operada pelo historiador, mas de desconstruir a história e de perceber a que representação de história estivemos presos desde o século passado, impedindo-nos de abrir novos temas e de criar novas referências conceituais.

Portanto, não mais desvendar um suposto encadeamento natural que ligaria os acontecimentos entre si numa grande linha de continuidade, não mais acreditar poder chegar à verdade objetiva ou à essência originária, não mais a busca da totalidade, mas trabalhar as descontinuidades, perceber a historicidade dos instintos, sentimentos, gestos, práticas sociais e culturais, das formações discursivas: captar a singularidade e a positividade dos acontecimentos. O historiador “genealógico” se dá conta, então, de que a história é a sua história, sua maneira específica de construir o passado, de trabalhar a relação memória-esquecimento, sem que este procedimento se identifique à ficção. Afinal, lidamos com matérias empíricas e não com meras invenções do pensamento.

Nesta concepção do trabalho historiográfico, a utilização do documento muda radicalmente. Este deixa de ser percebido como signo de alguma coisa real, como expressão da “realidade objetiva”, como “reflexo” que traduz imediatamente aquilo de que fala, para tornar-se monumento, devendo como tal ser decodificado em suas camadas sedimentares. Afinal, os enunciados não se reportam a algo nem exprimem um sujeito, remetendo apenas para uma linguagem, como explicará Deleuze, lendo Foucault. A prostituta de que fala o discurso médico-higie-

nista não remete e explica a prostituta que realmente existiu: não são necessariamente figuras coincidentes, como tenderíamos a crer. E, aliás, como poderíamos saber quem era realmente esta identidade construída sobretudo no século 19 por uma referência médico-policial?

As identidades são máscaras sobrepostas a outras máscaras, codificações classificatórias que esquadriham os indivíduos no espaço social, principalmente num momento em que a preocupação em decifrar o outro assume importância fundamental. Desenvolvimento dos processos fotográficos, do conhecimento da antropologia criminal, dos sistemas de identificação do indivíduo na massa, dos criminosos e anarquistas, delinquentes possíveis, de que identidade falamos? Como acreditar, então, nessa construção que faz com que a identidade pessoal ou grupal coincida com sua verdade primeira, com a própria essência originária que brota do fundo do ser? Nada que naturalize o homem ou o objeto histórico é aceito pelo pensamento da diferença.



Finalmente, um terceiro momento de impacto das reflexões de Foucault se caracteriza pela descoberta de um novo domínio de problematização: aquele que, para além dos códigos normativos que circulam pelo social e pretendem orientar as condutas humanas, interroga pelos modos de subjetivação, isto é, pela maneira através da qual as pes-

soas se orientam na vida social em relação aos códigos e se constituem como sujeitos morais.

O uso dos prazeres e os cuidados de si foram, nesse sentido, decisivos para um novo questionamento das problematizações de Foucault.<sup>22</sup> Do sujeito ao poder, das práticas às formações discursivas, passa-se agora para a discussão das possibilidades de invenção de modos diferenciados de subjetivação, a par tir do contato com a experiência ética da Grécia antiga, pausada pela busca da estetização da existência. Trata-se de dar visibilidade às condições que possibilitam a emergência de outros modos de subjetivação, isto é, da constituição dos sujeitos morais nas relações consigo mesmos.

Essas reflexões orientaram e vêm orientando vários trabalhos ainda em vias de realização. Particularmente, foi de importância fundamental para nossas discussões sobre o mundo da prostituição em São Paulo, nas décadas iniciais deste século. Os prazeres da noite, recentemente publicado, orientou-se basicamente pelas reflexões foucaultianas que ultrapassavam a questão da normatização do corpo da mulher, tentando incorporar a problematização das referências morais e das formas de subjetivação, que informaram os comportamentos femininos no universo do submundo da cidade, em processo de modernização.<sup>23</sup>

21. Lewis Mumford. *A cidade na história*, SP, Martins Fontes, 1982.

22. Michel Foucault. *O uso dos prazeres*, RJ, Graal, 1984; *Os cuidados de si*, RJ, Graal, 1985.

23. Margareth Rago. *Os prazeres da noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo*, RJ, Paz e Terra, 1991.

O deslocamento das preocupações de Foucault verificado nos volumes subsequentes à *História da sexualidade I*, passando das discussões sobre a sociedade disciplinar e os mecanismos de normatização para o domínio da ética, não deixou de causar profundo espanto. Contudo, é bom lembrar que o próprio filósofo percebeu o esgotamento de uma referência conceitual formulada nas décadas de 1960 e 1970, para se pensar as profundas mutações que vive o mundo contemporâneo. Deleuze faz questão de observar que Foucault considerava a sociedade disciplinar “como aquilo que estamos deixando de ser, aquilo que já não somos mais.”<sup>24</sup>

É possível que a busca da experiência ética do mundo grego traduza uma grande sensibilidade do filósofo diante dos impasses em que se encontra a sociabilidade atual, cada vez mais esvaziada de princípios e valores morais. Se é verdade que vivemos o desmoronamento da *res publica* e o “declínio do homem público”, na expressão de Sennett, é um outro lugar que é necessário procurar as referências para a construção de nós mesmos. Percorrendo os modos de

subjetivação em outra época, Foucault apontava para novas possibilidades de relacionamento do homem consigo mesmo e com o mundo, pautadas pela experiência da estetização da existência. Na época de ascensão da personalidade narcisista, esta é, sem dúvida, uma maneira forte de enfrentar os problemas que nos atingem.<sup>25</sup>

Filósofo, Foucault foi um historiador extremamente preocupado com as questões do presente, como diria Deleuze, em artigo recente. Em Nietzsche, encontrou inspiração para saber “agir contra o tempo, e assim sobre o tempo, em favor (espero) de um tempo futuro.” Aliás, ele mesmo nunca deixou de se pronunciar a respeito de suas motivações:

*O problema político, ético, social e filosófico que se coloca a nós, hoje, não é o de liberarmo-nos do Estado e do tipo de individualização que ele promove. Devemos procurar novas formas de subjetividade, recusando o tipo de individualidade que nos impuseram durante vários séculos.*

24. Gilles Deleuze. *Pourparlers*, Paris, Les Editions de Minuit, 1990, p. 236.

25. R. Sennett. *O declínio do homem público*, SP, Companhia das Letras, 1989.